LARISSA GOUVEIA/SECOM-ES

APLICATIVO ES na Palma da Mão é gratuito e disponível para Android e IOS

Aplicativo para consultar multa e processos

Governo do Estado lança hoje o ES na Palma da Mão, que reúne os serviços oferecidos em diferentes setores

Thaíssa Dilly

O governo do Estado lança hoje um aplicativo em que o cidadão vai conseguir ter acesso a vários serviços, como consultar multas e cursos, utilizando apenas um aparelho de celular com acesso à internet.

O objetivo do aplicativo é facilitar a vida do cidadão no acesso ao serviço público. Já é possível consultar os pontos da carteira de motorista, além de verificar o andamento de processos administrativos do Estado e ler as notícias, ver eventos e a agenda das secretarias do Estado.

O sistema virtual dá ainda acesso às publicações e aos serviços do Diário Oficial do Espírito Santo.

O evento de lançamento acontece hoje, às 10 horas, no Palácio Anchieta, no centro de Vitória.

De acordo com o diretor-presidente do Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado (Prodest), Renzo Colnago, o governo do Estado possui mais de mil serviços oferecidos aos cidadãos em diferentes setores.

"Por isso, nos empenhamos em reunir num único ambiente vários serviços para o cidadão", disse Renzo.

O aplicativo está alinhado com o Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, para realizar notificações de emergência para a população. "Caso seja necessário comunicar um alerta de enchente, tempestade ou deslizamento de terra, por exemplo", explicou Renzo.

A Prodest espera incluir, até o próximo ano, outros serviços no aplicativo. Entre eles, dados relativas a cursos, concursos públicos, IPVA, segurança pública, saúde (como consultar agendamentos), e outras atividades governamentais.

ACESSO

Para utilizar o serviço, é preciso fazer o download do aplicativo ES na Palma da Mão. Ele é gratuito e pode ser acessado por dispositivos móveis, como smartphones, tablets, entre outros.

A ferramenta foi desenvolvida para funcionar nos sistemas Android e IOS, e já está disponível no Google Play. A previsão é que o aplicativo seja incluído na App Store até o final do próximo mês.

Após a instalação no aparelho, será necessário que o cidadão se cadastre no sistema ou, caso já tenha cadastro, informe o seu CPF ou e-mail e senha de acesso.

SAIBA MAIS

Serviços disponíveis

- **O CIDADÃO TEM ACESSO** às notícias sobre o Espírito Santo, eventos e agenda das secretarias do Estado.
- **PODE CONSULTAR** o protocolo e o andamento de processos; tem acesso ao Diário Oficial do Estado; a situação e multas da carteira de motorista e por veículo; horários e itinerários de ônibus do Transcol.
- **O APLICATIVO** está alinhado com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado para notificações de emergência.

Fonte: Prodest.

OPINIÃO ECONÔMICA

LAURA CARVALHO

Falso remédio

De acordo com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, se a PEC do teto de gastos não for aprovada, o Brasil teria de enfrentar alternativas "muito mais sérias e muito piores para o País", como a alta de impostos. De fato, como já vem ocorrendo desde 2015, o que a regra garante por meio de uma alteração na Constituição é que, independentemente de quanto se arrecadar, o debate econômico e o conflito distributivo sobre o Orçamento público fiquem restritos por 20 anos a uma disputa sobre um total já reduzido de despesas primárias, em que os que detêm maior poder econômico e político saem vencedores.

Os dados apresentados no Texto para Discussão nº 2.132 do Ipea mostram que a deterioração fiscal verificada no Brasil nos últimos anos em nada tem a ver com um crescimento mais acelerado das despesas primárias federais.

Tais despesas — que seriam limitadas pela PEC a crescer apenas com a inflação do ano anterior — expandiram-se menos entre 2011 e 2014 do que nos governos anteriores. No ano passado, caíram mais de 2% em termos reais.

O problema é que as receitas também cresceram menos durante o primeiro mandato de Dilma — 2,2%, ante 6,5% no segundo mandato de FHC, por exemplo.

Além das desonerações fiscais sem contrapartida concedidas pelo governo e ampliadas pelo Congresso, a própria crise econômica explica o fenômeno. A contração na arrecadação chegou a 6% em 2015 e, segundo as previsões, será de 4,8% em 2016.

O pagamento de juros, por sua vez, é responsável pela maior parte do aumento recente da dívida pública.

Embora o argumento comumente propagado seja de que tais despesas apenas refletem um equilíbrio de mercado, o fato é que as sucessivas elevações da taxa básica em 2015 pelo Banco Central encareceram — no mínimo — a alta parcela dos juros paga sobre os títulos indexados à própria taxa Selic.

Note-se que o aumento da taxa em nada ajudou a frear uma aceleração da inflação causada, essencialmente, pelo reajuste brusco dos preços administrados que vinham sendo represados.

E, mesmo com o processo atual de convergência da inflação para a meta, o Banco Central continua elevando a taxa de juros em termos reais.

Nesse contexto, a PEC não só não é a panaceia anunciada no que tange à estabilização da dívida pública — ou ao controle de uma inflação já em queda — como também pode até mesmo prejudicar sua dinâmica ao tirar da mesa de discussão os três itens que mais explicam o quadro de deterioração fiscal atual: a falta de crescimento econômico, a queda de arrecadação tributária e o pagamento de juros.

Pior. Com o crescimento inevitável dos benefícios previdenciários por muitos anos, que ocorrerá mesmo no caso de aprovação de outra reforma, outras áreas terão seu peso cada vez mais comprimido.

Diferentemente dos magistrados, que parecem ter força suficiente para conquistar reajustes em meio a conflitos acirrados, despesas com educação por aluno, saúde por idoso, ciência e tecnologia, cultura, assistência social e investimentos públicos sofrerão queda vertiginosa.

Já a reforma tributária, o fim das desonerações fiscais, o combate à sonegação de impostos e a abertura de espaço fiscal para a realização de investimentos em infraestrutura não parecem fazer parte dos planos de Meirelles.

Frouxa no curto prazo, a PEC 241 não é um plano de ajuste e, muito menos, uma agenda de crescimento. Trata-se de um projeto de longo prazo de desmonte do Estado de Bem-Estar Social brasileiro.

Projeto que limita gastos públicos não é um plano de ajuste e, muito menos, uma agenda de crescimento

LAURA CARVALHO, 31, é professora do Departamento de Economia da FEA-USP com doutorado na New School for Social Research (NYC).

Publicação simultânea com a Folha de São Paulo

AMANHÃ, NESTA COLUNA, João Manoel Pinho de Mello